

“Juiz não pode orientar MP”, diz vice-presidente da OAB sobre Moro

O ex-presidente da OAB da Bahia e atual vice-presidente do Conselho Federal da OAB, Luiz Viana Queiroz, classificou como "escândalo jurídico" as mensagens trocadas entre o procurador Deltan Dallagnol e o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, enquanto o ex-juiz ainda conduzia os processos da "lava jato" em Curitiba. Em entrevista ao jornal *Tribuna da Bahia*, Luiz Viana Queiroz disse que ficou "escandalizado" com as conversas divulgadas pelo site *The Intercept Brasil*.

Divulgação



Ex-presidente da OAB-BA criticou conduta de Moro nas trocas de mensagens com procuradores da "lava jato"
Eugênio Novaes

Ele disse que a veracidade das mensagens precisa ser devidamente apurada, mas criticou a conduta de Sérgio Moro. "Juiz não pode orientar o Ministério Público em processos. E muito menos em processos criminais. Isso significa que sou contra a "lava jato"? Não, acho que a "lava jato" e as diversas operações com outros nomes que o Ministério Público tem feito de combate à corrupção são bem vindas ao país. O que não quer dizer que a gente não deva criticar os excessos", afirmou.

Luiz Viana Queiroz também defendeu uma investigação sobre a possível ação de hackers nos celulares de procuradores da "lava jato": "tudo indica que o vazamento foi ilegal, a captura daquelas informações foi feita a partir de hackeamento ilegal; e merece investigação e punição. Não dá para ficar o tempo inteiro passando a mão na cabeça de quem está hackeando autoridades da República. Isso é inadmissível."

Ainda na entrevista, Luiz Viana Queiroz afirmou que conversas entre juiz, procurador e advogado são comuns, desde que o magistrado não passe a agir em conluio com o Ministério Público. Para o vice-presidente do Conselho Federal da OAB, o país precisa neste momento de equilíbrio e não de posições extremas e passionais.

Ele também chamou de "equivoco gigantesco" usar a expressão "os fins justificam os meios" para defender as conversas de Moro com procuradores da República: "quem não entender que a democracia é processo de participação para um resultado não entendeu nada de democracia. Trazendo para o processo



penal que estamos falando, são os meios, ou seja, o processo é que legitima o resultado."

Clique [aqui](#) para ler a entrevista.

Date Created

17/06/2019